



## **Moção - 10 anos da Lei de Cotas: em defesa das ações afirmativas!**

A sociedade capitalista se organiza a partir da exploração da mão de obra da classe trabalhadora, dividindo a sociedade com base na desigualdade social. O processo colonizador europeu instaurou e perpetuou esse sistema econômico, político e social dentro do nosso país e das nossas relações interpessoais, alimentando essa estrutura de opressão, o que ainda se reflete nos dias atuais nos mais diversos âmbitos e instituições. Contudo, essa classe trabalhadora, junto às suas estratificações de raça e gênero, ainda resiste em meio as opressões as quais são constantemente infligidas, inclusive em espaços progressistas e que visam esses debates.

A ABEM está envolvida e apresenta uma posição de destaque na discussão sobre opressões na Educação Médica, mas ainda há muito para avançarmos. Nos espaços que debatemos gênero e raça, construímos nos últimos anos paridade racial e de gênero na composição das e dos convidados. No entanto, nos espaços amplos e transversais, ainda há predomínio de palestrantes homens e brancos no Congresso. As contribuições das mulheres e pessoas não brancas é essencial para todas as discussões no campo da educação médica e deve ser nosso esforço permanente na construção dos congressos, reuniões e demais espaços. A composição diversa e paritária deve ser um compromisso da ABEM que acreditamos e queremos construir.

As universidades no país se estabeleceram enquanto espaços excludentes à grande maioria da população brasileira e de privilégios para uma pequena parcela. Com o advento das políticas de ações afirmativas - conquista das longas jornadas de lutas dos movimentos negros e sociais organizados - corpos negros, pobres e periféricos passaram a ocupar esses ambientes, mesmo que ainda muito aquém à proporção da nossa sociedade. No ano que completamos 10 anos da Lei de Cotas, faz-se necessário abordar a ampliação das cotas para que as populações negligenciadas sejam inseridas no contexto do ensino superior, exercendo seus papéis enquanto indivíduos e agentes de transformação, suas ciências sejam produzidas e seus conhecimentos, compartilhados. A defesa e fortalecimento das cotas raciais, sociais, para pessoas com deficiência é imprescindível para um ensino médico diverso e uma assistência voltada para as reais necessidades da nossa população.

Mas refletir apenas sobre as políticas de acesso não é suficiente. Entramos e queremos permanecer! As políticas de assistência e permanência estudantil são uma conquista histórica dos movimentos sociais e estudantil para popularizar a universidade. E queremos avançar cada vez mais, nossas políticas de assistência precisam de critérios de ações afirmativas. Assim como as bolsas de graduação, pesquisa e extensão!

Por paridade e diversidade na composição dos espaços que construímos!

Pela ampliação das ações afirmativas nas políticas de permanência e no tripé universitário!

Em defesa da Lei de Cotas e das políticas de Ações Afirmativas na educação brasileira!